

Citibank poderá contabilizar perdas

NOVA YORK — O Citibank, maior banco americano e maior credor do Brasil, admitiu ontem que poderá reclassificar como "créditos não-produtivos" seus empréstimos ao Brasil, se a suspensão do pagamento dos juros da dívida brasileira se prolongar por mais de três meses. O banco informou os empréstimos que seriam eventualmente afetados pela decisão totalizariam US\$ 3,9 bilhões, com vencimento a médio e longo prazos.

Em comunicado divulgado em sua sede, o Citibank informou que reavaliará a situação da dívida brasileira no fim deste mês, levando em conta "circunstâncias futuras", entre elas as próximas negociações entre o Brasil e seus credores.

No caso de decidir reclassificar os empréstimos a médio e longo prazos com base nos juros pagos efetivamente, o banco calcula que a medida terá um impacto de US\$ 50 milhões em seus lucros do primeiro trimestre, descontados os impostos, e de US\$ 190 milhões no ano.

O Citibank sustenta, no entanto, que uma medida dessa natureza seria prematura no momento, tendo em vista "a fluidez da situação e a alta confiança da gerência nas perspectivas do Brasil a longo prazo".

O Brasil, recorda o banco, continua pagando regularmente os juros de suas linhas de crédito comerciais, interbancárias e de curto prazo, privadas e públicas.

NOVA YORK — Maior flexibilidade na previsão de novos financiamentos para os países endividados do Terceiro Mundo, foi o que exigiu dos bancos internacionais o Secretário Assistente do Tesouro para Assuntos Internacionais dos Estados Unidos, David C. Mulford. Assinala Mulford que a concessão de novos empréstimos é "a primeira coisa" na estratégia do Plano Baker para resolver o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Na noite de terça-feira passada, dirigindo-se a um auditório de banqueiros internacionais, Mulford disse que as outras duas "pernas" do Plano Baker, reformas nos países devedores e aumento do financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial progrediram substancialmente, sem que fossem acompanhados pelo financiamento bancário indispensável para estimular o crescimento econômico.

O Secretário Assistente do Tesouro americano exigiu que os banqueiros desenvolvessem uma variedade maior de opções, que reúna todos os bancos nos pacotes dos novos financiamentos baseados nos programas a serem acertados entre os países devedores e o FMI. O México foi citado por Mulford como exemplo: o país conseguiu em outubro um acordo com o FMI, mas os bancos credores até agora não fecharam o pacote de novos empréstimos de US\$ 6 bilhões (Cz\$ 124,3 bilhões) que prometeram conceder ao México.